

Desenvolvimento econômico e competitividade

RENAN CALHEIROS

É de indiscutível importância, no contexto atual, a inserção do Brasil na chamada economia globalizada. Essa decisão é importante não só por razões ideológicas, mas em função de interesses estratégicos, que, se explorados com instrumentos de negociação adequados, tendem a proporcionar resultados vantajosos para a nossa economia. Uma inserção nesse modelo econômico, no entanto, não deve se descuidar do regular funcionamento dos mecanismos de mercado, condição indispensável para atrair novas inversões. O Estado, no âmbito de sua intervenção no mercado, deve respeitar sempre a capacidade empreendedora, ou seja, a livre iniciativa, ponto que mereceu realce do próprio legislador constituinte.

Em situações como a do Brasil, que passa por um processo de consolidação da estabilidade macroeconômica, o mercado, *per se*, não é capaz de alocar eficientemente e de maneira justa os recursos da economia, embora reconheçamos que estamos construindo um cenário com menores incertezas para os agentes econômicos. Faz-se necessário, portanto, a intervenção do Estado, no intuito de corrigir eventuais distorções ou lacunas não preenchidas pelas forças de mercado. Naturalmente, a intervenção a que nos referimos não é a que opera o paternalismo financeiro, já que essa, contrariamente, distribui injustamente a renda, resultando em ineficiência alocativa.

Diversas correntes teóricas da economia têm se dedicado ao estudo da industrialização. Não pretendemos aqui expor tais linhas de pensamento, mas registramos nossa simpatia pelas teorias que primam por uma política pautada na melhoria das condições de concorrência empresarial, via competitividade, sobretudo em áreas estratégicas. As ações de governo, em parcerias com o setor produtivo, devem primar por soluções e resultados nas áreas de normas técnicas, financiamentos, defesa comercial, fiscalização de produtos importados, mecanismos de comercialização, melhoria de qualidade de matérias-primas ou insumos intermediários, estímulos ao processo de inovação tecnológica, apoio a arranjos produtivos regionais, dentre outros.

Na verdade, o eixo de competitividade implica sedimentação de outros objetivos de política econômica, uns a prazos médios, outros no longo prazo. De qualquer forma, o foco na competitividade aciona a qualificação mais efetiva da mão-de-obra e o acesso das empresas a linhas de crédito mais baratas e com prazos mais alongados. Nesse último ponto, chamamos a atenção para o fato de que tal acesso a operações de longo prazo estabelece concorrência nos mercados de crédito, favorecendo a queda do custo interno do capital.

Como se vê, há perfeita adequação aos atuais objetivos de política monetária do governo. Além de tudo, a competitividade, sobretudo do setor exportador, contribui com as atuais linhas macroeconômicas do governo, na exata medida que patrocina a redução da vulnerabilidade a eventuais choques externos. A atuação governamental de apoio financeiro à competitividade, nesse contexto, deve pautar-se em alguns princípios, como o da responsabilidade fiscal (com ênfase na capacidade financeira do setor público), da transparência dos custos envolvidos e dos respectivos benefícios sociais e do estabelecimento claro de metas e prazos de cumprimento para os projetos.

O Congresso Nacional, por sua vez, é ator nessa dinâmica. Levando-se em conta o ano atípico, caracterizado pelas eleições municipais, estimo que se deva orientar ainda mais a energia do parlamento para as matérias tidas por necessárias e indispensáveis à continuidade do crescimento econômico e à inclusão social. Fora dessa agenda, não há salvação.

RENAN CALHEIROS, senador por Alagoas, é líder do PMDB no Senado Federal e ex-ministro da Justiça.